

PREVIDÊNCIA

Reforma pode aumentar desemprego

O economista Márcio Pochmann, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) afirmou que as mudanças no sistema de aposentadoria propostas pelo governo podem elevar o desemprego e diminuir a arrecadação previdenciária do País. **Página 4**

Gastos com Previdência vão crescer

Mesmo com reforma, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que as despesas com aposentadorias e benefícios dos sistemas previdenciários para servidores públicos e trabalhadores do setor privado chegarão a 66,7% do Orçamento em 2026

Mariana Branco
DA AGÊNCIA BRASIL

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou ontem na Câmara dos Deputados que, mesmo com a reforma da Previdência, as despesas com aposentadorias e benefícios dos sistemas previdenciários para servidores públicos e trabalhadores do setor privado chegarão a 66,7% do Orçamento em 2026. Com isso, o espaço restante para outros gastos será de 33,3%. Sem a reforma, segundo Meirelles, o espaço para as demais despesas ficará reduzido a 21%.

"A despesa da Previdência vai, cada vez mais, ocupando o Orçamento da União de uma forma avassaladora. Com a reforma, haverá espaço para as despesas como gastos sociais, [por exemplo o] Bolsa Família",

disse, em audiência pública na comissão especial que analisa a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, sobre a reforma da Previdência.

As estimativas do ministro levam em conta o teto de gastos públicos, mecanismo que limita as despesas à inflação do ano anterior por um período de 20 anos. De acordo com Meirelles, o teto de gastos, aprovado no ano passado, "está sendo fundamental para a recuperação da economia".

Ele afirmou ainda que o gasto público com a Previdência no Brasil equivale a 13% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e riquezas produzidos em um país), valor superior à média de países emergentes e similar ao de países como França e Alemanha, com população de mais idade.

O ministro reconheceu que questões como a mortalidade

infantil em algumas regiões do país e a morte de jovens por violência impactam na expectativa de vida do brasileiro. Contudo, segundo Meirelles, "a vida média esperada das pessoas que já atingiram 65 anos é bem mais elevada. A chamada sobrevivência após a aposentadoria está crescendo cada vez mais".

Meirelles disse que a recessão enfrentada pelo país nos últimos anos supera a depreciação de 1929 e é resultado do desequilíbrio fiscal. "A recessão que o Brasil teve até agora, no fim de 2014, 2015 e 2016, foi resultado da evolução das contas públicas brasileiras", afirmou.

O ministro da Fazenda participa da última audiência pública de uma série realizada pela comissão especial da Câmara para análise da PEC. A próxima etapa de tramitação da reforma da Previdência será a apresentação do relatório do deputado Arthur Maia (PPS-BA) sobre o texto enviado pelo governo à comissão.



O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que a previsão é de que os gastos com Previdência cheguem a 66,7% do Orçamento em 2026, se houver reforma

Reforma da Previdência pode aumentar desemprego, diz ex-presidente do Ipea

O economista Márcio Pochmann, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e ex-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) afirmou que as mudanças no sistema de aposentadoria propostas pelo governo podem elevar o desemprego e diminuir a arrecadação previdenciária do País.

Segundo ele, a partir da Constituição de 1988, o Brasil adotou um sistema de seguridade social mais amplo do que o que vigorava até então com o extinto Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), criado durante a ditadura militar. Pochmann foi um dos convidados de uma série de audiências públicas organizadas pela comissão especial da Câmara dos Deputados para análise da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/2016, sobre a reforma da Previdência.

Para o economista, a diminuição da proteção previdenciária aumentaria a disputa por vagas no mercado de trabalho. "As pessoas tenderão a buscar no mercado de trabalho o recurso que não terão do sistema de seguridade. Isso significa mais pessoas disputando as mesmas vagas, o que resulta em queda nas taxas de salário. A queda nas taxas de salário repercute na contribuição à Previdência, que pode perder entre 7% e 9% da sua arrecadação", estimou.

Para o economista, a reforma da Previdência apresentada pelo governo faria com que o sistema de seguridade social retrocedesse ao antigo modelo. "A Previdência [da forma como é hoje] é a primeira experiência de alguma proteção às pessoas que não conseguiram viver no mercado de trabalho, sejam deficientes, idosos ou outros."

ÚLTIMA AUDIÊNCIA

Pochmann foi convidado pelos deputados da oposição, que



são contra a PEC da Previdência. Ontem o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, falou pelo governo para defender a necessidade da reforma. Com a participação do ministro, encerrou-se a fase de audiências públicas na comissão especial.

A reforma previdenciária proposta pelo governo estabelece idade mínima de 65 anos e tempo mínimo de contribuição de 25 anos para que homens e mulheres se aposentem. Esses requisitos valeriam também para o trabalhador rural, que passaria a ser obrigado a comprovar contribuição previdenciária individual, caso a reforma seja aprovada.

A proposta também muda as regras para receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC), destinado a deficientes e idosos de baixa renda. Com a reforma, o BPC é desvinculado do salário-mínimo e a idade mínima para pleiteá-lo passa dos atuais 65 anos para 70 anos.